

ATA DA XIV REUNIÃO DO FÓRUM PERMANENTE DE DISCUSSÃO SOBRE O PROCESSO DE REABERTURA DA RODOVIA BR-319

No dia **29 de abril de 2019**, às 9 h, no edifício anexo da Procuradoria da República no Amazonas, foi realizada a **XIV Reunião Ordinária do Fórum Permanente de Discussão sobre o Processo de Reabertura da Rodovia BR-319**, com a participação das pessoas que assinaram a lista de presença em anexo.

A reunião foi aberta pelo **Dr. Rafael da Silva Rocha**, Procurador da República, na condição de anfitrião e moderador do Fórum. Destacou que a última ata havia sido enviada aos participantes do Fórum, momento em que perguntou se havia alguma objeção quanto aos termos dela. Como não houve nenhuma objeção, considerou a ata aprovada.

O **Dr. Rafael** submeteu a pauta da reunião para aprovação da plenária, que ficou assim estabelecida após a concordância de todos: **i)** informes; **ii)** após, a palavra será concedida aos moradores da localidade; **iii)** em seguida, manifestações da plenária, disponibilizando o tempo de 5 minutos para cada intervenção; **iv)** ao final, serão expostos os assuntos gerais e definidos os encaminhamentos; **v)** deixou como sugestão, para próxima reunião, o dia 27 de maio, às 9h, no DNIT, caso o Ministro da Infraestrutura não esteja em visita ao Amazonas.

I. Informes:

a) Dr. Rafael compartilhou com os integrantes do Fórum informações sobre a reunião que ocorreu no 5º Ofício da PR/AM, com o DNIT e as empresas contratadas. Disse que o Dr. Fernando Merloto Soave, Procurador da República do 5º Ofício, expôs a posição dele, não concordando que sejam somente as terras indígenas objeto do estudo. Defende o Dr. Fernando que sejam consideradas as populações tradicionais e que não seja somente considerado o raio de 40 km para fins de estudo do componente indígena. Por sua vez, nessa reunião, o DNIT insistiu na execução do contrato licitado. Ao final, o Dr. Fernando se comprometeu a não judicializar a questão até que se encerrem as tratativas. Em acréscimo, o **Dr. Carlos Eduardo**, do DNIT, informou que houve a ampliação das pessoas envolvidas na discussão sobre o Estudo do Componente Indígena, com a inclusão da FUNAI e do IBAMA, entre outros órgãos.

b) Em relação à sugestão do deputado Marcelo Ramos, o **Dr. Rafael** informou que, após a última reunião do fórum, recebeu um pedido de reunião da Secretaria de Apoio ao Licenciamento Ambiental, vinculada à Secretaria Especial do Programa de Parceria e Investimento da Presidência da República, para tratar de assunto que ainda desconhecia. Disse que pretendia aguardar o encontro para fazer o pedido de informações. Argumentou que, por esse motivo, ainda não foi expedido o ofício ao Ministério da Infraestrutura. Nesse momento, o **Dr. Macedo** explicou que os licenciamentos estratégicos estão vinculados a essa Secretaria, órgão que é subordinado ao General Santos Cruz.

c) Sobre o governo do Estado, como informe positivo, o **Dr. Rafael** destacou que foi atendida a requisição do MPF sobre os planos de manejo autorizados na área de influência da BR-319. Salientou também que a demanda de criação do mosaico foi atendida e as tratativas foram iniciadas, momento em que agradeceu ao Dr. Akis, pela ideia, e ao Dr. Kleber, pelo esforço. Entretanto, como informe negativo, relatou que o Governo do Estado não respondeu ao pedido de informações sobre as medidas que pretende adotar para se ter governança na BR-319, nem a solicitação de reunião com o Governador com a presença dos participantes. Na ocasião, o **Dr. Kleber** da SEMA informou que foi feita uma nota técnica pela SEMA para subsidiar a casa civil quanto às medidas que estão sendo adotadas. Disse, ainda, que acredita que esteja tramitando e seja respondido logo.

O **Dr. Rafael** perguntou aos participantes do Fórum se era o caso de insistir na tentativa de audiência com o Governador do Estado. Em resposta, o **Dr. Flávio** disse que sim. A **Dra. Renée**, da FIEAM, se prontificou a dialogar com o Governador a respeito dessa reunião. Por sua vez, o **Dr. Rafael** lembrou que já tinha falado pessoalmente com o Governador sobre essa demanda, e também o fez por escrito.

O **Dr. Rafael** compartilhou com os membros do Fórum sua preocupação com o comportamento do Governo do Estado em relação à BR-319. Realçou que recebeu um vídeo em que o Ministro da Infraestrutura, ao lado do Governador do Estado, faz ataques ao IBAMA quanto ao licenciamento. Manifestou sua preocupação, pois já esclareceu para o Governador que os entraves da BR-319 não se resumem ao licenciamento ambiental, e que há trechos da BR que já estão com o licenciamento pronto. Destacou as dificuldades que o IBAMA vem passando, e que o Governador poderia ter utilizado o esclarecimento outrora feito a ele mesmo para refutar o ponto de vista do Ministro.

O **Dr. Flávio** destacou que há pessoas que possuem “péssima vontade” com relação à pavimentação da BR-319. Afirmou que existe um decreto federal do ano de 2018 que trata da universalização da comunicação e que a Embratel não está respeitando. Destacou que existem ações contra a Embratel em outras localidades do país para efetivar a universalização da comunicação.

Em continuação, o **Dr. Rafael** asseverou que ficava contente pela prontidão da SEMA em uma possível resposta ao ofício encaminhado, mas ressaltou que a Governança não se restringe a questões ambientais. A **Dra. Maria**, da SEAS, informou que não foram solicitadas informações pelo governo do Estado. O **Dr. Kleber** relatou que nos próximos dias o Governo responderá sobre a questão da governança.

d) nenhum município se manifestou sobre os postos de fiscalização. Poderá ser reiterado o ofício quando houver a renovação da licença pelo IBAMA e análise de suas condicionantes.

II. Palestras:

1. Rádio Floresta do Careiro Castanho (slides em anexo)

Huanderson Silva e **Jonys Augusto**, da Rádio Floresta, narraram que a rádio tem como missão levar informações aos habitantes do trecho norte da BR-319, valorizar a cultura local, como a festa do Boto e a Agropec. Tem como visão ser um importante instrumento de comunicação, garantindo o direito à informação. Seus valores são o respeito à cultura local e à diversidade; ética e comprometimento com a população; garantia da liberdade e do direito de expressão; promoção da sustentabilidade e da conservação ambiental. Apresentaram a grade de programação da Rádio Floresta, esmiuçando cada programa com a sua sinopse e vinheta de abertura. Como demandas expuseram que (i) a homologação da ANATEL está pendente; (ii) necessitam de um no-break, pois o anterior tinha sido danificado por uma pico de energia; (iii) carecem de um celular para auxiliar na rádio e de (iv) um ar-condicionado. Ao final, mostraram várias imagens do seu ambiente de trabalho e materiais utilizados na transmissão da informação.

Dr. Juarez sugeriu que a trilha sonora em inglês fosse trocada por uma trilha regional. Quanto aos equipamentos danificados por ocasião da falta de energia, explicou que a Manaus Energia (Concessionária de Energia Elétrica) tem um setor de ressarcimento destinado a indenizar casos como o que foi apresentado. O **Dr. Flávio** sugeriu o “boi” como trilha sonora e que fossem disponibilizados o e-mail e endereço da rádio para apoio. Retomou a fala do Dr. Juarez em relação ao setor de ressarcimento da Manaus Energia, se prontificando até mesmo, em caso de negativa da concessionária no ressarcimento dos equipamentos danificados, a entrar com ação contra a prestadora do serviço.

2. Vertentes na BR-319 (slides em anexo).

Angel Souza realizou apresentação com o tema “A existência não existente da BR-319”. Afirmou que viveu toda a sua vida no Igapó-Açu, expôs sobre as pessoas e as dificuldades de locomoção pela BR-319, mostrando imagens dos atoleiros. Ressaltou a diferença de acesso durante o verão e o inverno. Mostrou que a comunidade toma iniciativa para construção de espaços públicos, como escola. Apresentou imagens de uma escola infantil da comunidade e momentos de união do povo daquela região. Ressaltou que existem comunidades mais isoladas do que o Igapó-Açu. Destacou a participação da comunidade no Programa Pé-de-Pincha e promoção de eventos, como a Festa do Boto Cor-de-Rosa. Mostrou fotos do encontro de lideranças. Disse que não existe um planejamento do Estado para o ano todo, que somente no verão a estrada é trafegável e no inverno ficam totalmente isolados. Enfatizou que não tem opção, pois a BR-319 é o único caminho para todos. Ao final, ressaltou que o povo do Igapó-Açu tem esperança que o futuro seja melhor que o presente. Que não sejam tratados como invisíveis, porque eles estão lá e precisam ser ouvidos.

III. Dos debates:

O **Dr. Vanildo**, do CIMI, inicialmente parabenizou o professor Angel pela apresentação. Argumentou que a BR-319 não é a solução de todos os problemas e que há outras questões tão importantes quanto à pavimentação, como saúde, educação e segurança do povo que mora na BR-319.

O **Dr. Flávio** enfatizou que a BR-319 resolverá alguns problemas, mas vai trazer outros. Aproveitou para parabenizar pela apresentação.

A **Dra. Maria**, da SEAS, destacou a importância da governança na BR e do diálogo com o povo do Igapó-Açu. Disse que somente expor e discutir sobre essas questões não seriam suficientes para a solução dos problemas apresentados e que esse tema demandaria até mesmo previsões orçamentárias.

O **Dr. Macedo**, cientista social, ressaltou a diversidade dos povos da amazônia, destacou que a comunidade do Igapó-Açu é um exemplo típico do que seria uma comunidade tradicional. Ressaltou que há distorção por muitas pessoas do conceito de comunidade tradicional e ressaltou que o Igapó-Açu é resultado da BR-319, momento em que afirmou que foi a abertura e a pavimentação há 43 anos que propiciaram que essas comunidades estivessem fora do seu eixo tradicional (à margem dos rios).

Prosseguindo, o Dr. Macedo argumentou que o local mais problemático quanto à questão do licenciamento não abrange a localidade do Igapó-Açu, e que a ausência de políticas públicas na região, principalmente na saúde, se justifica, pois não há nem a licença prévia do empreendimento. Destacou que seria um equívoco a inclusão de outras comunidades além do raio de 40 km no estudo, que sua impressão é que até as que já foram consideradas no estudo seriam desnecessárias.

A **Dra. Jolêmia**, em contraponto ao Dr. Macedo, defendeu a consulta a outros povos além do raio de 40 km. Disse que participou de uma reunião na Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande com uma comunidade indígena, a qual não está na área de abrangência, e foi relatado a ela que essas comunidades já estão sofrendo com invasões de terra.

Desse modo, sustentou que o fato dessas pessoas não estarem na distância exigida pelo estudo não exclui a possibilidade dessas comunidades sofrerem alterações no seu cotidiano, o que já vem ocorrendo. Reafirmou a necessidade de o estudo abranger comunidades além da faixa de 40 km. Ao final parabenizou a palestra do professor Angel e os idealizadores da Rádio Floresta.

Dr. Rafael elogiou as apresentações e chamou para compor a mesa o professor Angel. Destacou o privilégio do Fórum de poder interagir com os moradores da BR sem intermediários. Concordou com a discurso do Dr. Flávio e do Dr. Vanildo, no sentido de que a pavimentação da estrada solucionará alguns problemas, mas trará outros também. Sobre a colocação do Dr. Macedo, disse que suas considerações serão registradas em ata e serão levadas ao Dr. Fernando. Na ocasião, foi aberta a palavra à plenária.

Dr. Diego Morgado, da SEMA, parabenizou o professor Angel pela apresentação. Destacou as dificuldades do povo do Igapó-Açu e enfatizou que se encontra à disposição para colaborar com as demandas do Fórum.

Dr. Kleber Bechara, da SEMA, parabenizou o Fórum e solicitou sua inclusão no grupo do *Whatsapp*. Destacou que a gestão atual da SEMA está preocupada com a questão da Governança. Em uma próxima oportunidade, pretende apresentar a nova visão da SEMA em relação aos aspectos de governança do território da BR. Ressaltou que poderia ser automático o asfaltamento da rodovia, que talvez, devido à falta de governança anterior e às intemperes da região, isso ainda não se tornou possível.

Na oportunidade, o **Dr. Rafael** perguntou qual a função do Dr. Kleber Bechara, que respondeu que chefia o Departamento Estadual de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação.

Dr. Juarez Baldoíno, amazonólogo, parabenizou o professor Angel pela apresentação e teceu considerações sobre as questões econômicas que envolvem a BR-319, a nova política econômica e quanto à demanda de saúde e educação naquela região. Disse que o Amazonas representa apenas 1,5% do PIB brasileiro e que a pavimentação da BR-319 deixará de ser argumento pró Zona Franca de Manaus. Salientou que a ZFM não precisa da BR-319, mas a BR-319 necessita da ZFM.

A **Dra. Renée Veiga**, representante das indústrias, em contraponto à fala do Dr. Baldoíno, asseverou que a pavimentação não enfraquece a necessidade de incentivos fiscais da ZFM. Salientou que a ZFM não existe por causa da ausência da estrada, mas sim por todas as dificuldades que advêm da distância dos grandes polos. Destacou que o papel da indústria é dar dignidade para a população local e, como havia se posicionado na última reunião do Fórum, enfatizou que as indústrias continuarão brigando pela construção da BR-319.

O **Dr. Macedo** corroborou o pensamento da Dra. Renée. Ressaltou que se fosse aplicado o EVTEA (Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental) à BR-319, a pavimentação não ocorreria rapidamente. Destacou que essa discussão sobre a pavimentação da estrada se deve ao apoio da população amazonense e que, por questões estratégicas de segurança nacional, as Forças Armadas também têm sido fundamentais nesse processo. Ressaltou que é necessário rediscutir o modelo econômico da Zona Franca. Expôs o exemplo de Singapura, que em 5 anos será o maior polo de biotecnologia do mundo.

Quanto à fala da Dra. Jolêmia, disse que a conceituação de comunidades tradicionais não se encerra em uma simples discussão e que deve sim ser aprofundada. Entretanto, devem ser fixadas premissas para que se avance no processo. No que diz respeito à questão fundiária indígena, afirmou que estudou as comunidades indígenas de todo o Brasil e que desconhece uma comunidade indígena que não tenha problema de invasão. Por esse motivo, defende que a atribuição de remarcação de terras indígenas retorne para o Ministério da Justiça.

O **Dr. Juarez** esclareceu sua fala para a Dra. Renée, dizendo que uma coisa seria o asfaltamento da BR, as demandas sociais daquela população, o direito de ir e vir; e outra coisa seria a constatação da impossibilidade de argumentar que a falta da estrada justificaria a isenção fiscal.

Em tréplica, a **Dra. Renée** argumentou que a ZFM é bem mais antiga que a BR-319, e que quando a estrada era trafegável, ainda assim, não se cogitava acabar com as vantagens comparativas.

O **Dr. Flávio** citou como exemplo que, na década de 80, quando a estrada estava pavimentada, havia mais incentivos fiscais que hoje. Falou sobre os modais econômicos para escoamento da carga e, ao final, perguntou ao Dr. Carlos Eduardo como está o processo do estudo do componente indígena e à Dra. Luizete sobre o estudo de cheia e seca.

O **Dr. Vanildo** salientou que o Dr. Fernando Soave disse que aplicará a convenção 169 da OIT e que, em que pese o procurador ter se comprometido a não ajuizar ação judicial até o término das tratativas sobre o estudo, esse assunto não estaria resolvido. Destacou que deveria ser discutido de antemão esse assunto. Defende que deve ser tomado bastante cuidado com esse estudo do componente indígena, pois é algo demorado e trabalhoso. Expressou que tem impressão que está sendo postergada essa questão.

O **Dr. Flávio** observou o art. 6º, 7º, 8º, da convenção 169, que trata sobre a independência da consulta desse povo, e que os dispositivos tratam da não intervenção de pessoas estranhas nesse processo, salvo aquelas legitimadas por lei. Defendeu que devem ser observados tais dispositivos, pois percebeu que há muitas pessoas interessadas.

A **Dra. Jolêmia** destacou sua preocupação com os aspectos preventivos da pavimentação. Salientou o que já tinha sido observado pelo Dr. Macedo quanto aos problemas (grilagem de terra, morte de índios) já existentes em outras terras indígenas e que, entretanto, devem ser evitados aqui na Amazônia. Quanto ao conhecimento dos povos indígenas, defendeu que, de fato, para se conhecer a população de determinada região indígena demandaria tempo, no que concorda com a fala do Dr. Vanildo. Quanto à questão econômica que gira em torno da BR-319, citou como exemplo o castanhal do Igapó-Açu, que seria um potencial econômico da região.

Salientou que participou de uma reunião do conselho da Reserva Extrativista Capanã Grande, onde falou sobre o Fórum, seus objetivos, sua missão, etc. Destacou que os conselheiros se interessaram em participar do Fórum.

IV. Manifestações da plenária:

Aberta a palavra ao **Dr. Carlos Eduardo**, do DNIT, parabenizou o Fórum pela discussão da questão indígena, pois esses debates estão contribuindo até mesmo para o amadurecimento dos órgãos em questão (DNIT, FUNAI, IBAMA) e do objeto de estudo.

Destacou que, na última reunião com o Dr. Fernando, ficaram de ser respondidas ao MPF algumas perguntas, sendo que alguns desses questionamentos foram submetidos ao DNIT sede. Informou que o 5º Ofício também incluiu o IBAMA e a FUNAI nas discussões. Salientou que o DNIT está cumprindo tanto a legislação nacional quanto a internacional, e que o DNIT tinha se baseado no termo de referência elaborado pela própria FUNAI. Ao final, destacou que, nesse mês de maio, o DNIT vai voltar a fazer manutenção na BR-319 e que na próxima reunião participará o Superintendente do DNIT.

A **Dra. Luizete**, em suas considerações, elogiou a apresentação dos jovens da rádio floresta e a apresentação do professor Angel. Destacou que se lembrou de sua época de infância no interior do Amazonas, quando tinha conhecimento das notícias por meio do rádio. Salientou que, embora já tenham se passado alguns anos, na BR-319 as comunidades se comunicam da mesma forma.

Destacou a apresentação do professor e seu conhecimento de causa. Disse que tem felicidade de ser do Norte e ter conhecido a BR-319, e que, assim como mostram as fotos apresentadas, já ficou atolada na estrada. Salientou que o setor do IBAMA responsável pelo licenciamento ambiental da BR (tanto o processo de manutenção e conservação quanto o processo ordinário) é chefiado por alguém que também é do norte, Jerferson Lobato, que conhece a estrada, e que, inclusive, já chefiou o núcleo de licenciamento ambiental.

Com relação à pergunta do Dr. Flávio sobre o período de cheia e fauna, salientou que o DNIT tem apresentado demandas sucessivas e que estão sendo respondidas a contento. Narrou que, embora o núcleo de licenciamento ambiental do IBAMA/AM tenha o efetivo pequeno, os integrantes estão sempre atentos às demandas da BR-319. Citou, como exemplo, que de 2018 até o dia de hoje, o DNIT chegou a fazer em torno de 16 questionamentos só sobre questões de fauna e o IBAMA está atendendo com o máximo de rapidez.

Quanto ao estudo do componente indígena, destacou que o caso foi recepcionado pelo IBAMA em Brasília com as orientações do MPF, e que o ofício será respondido em breve. Ao final, destacou a importância do Fórum e que o IBAMA está fazendo o máximo para atender às demandas de todos, em que pese o contingenciamento de cerca de 43% dos recursos.

Na oportunidade, o **Dr. Carlos Eduardo** aproveitou para também parabenizar o pessoal da Rádio Floresta e o professor Angel.

Antes de passar a palavra para o professor Angel, o **Dr. Rafael** observou que o Fórum é a continuação do trabalho feito anteriormente pela **RETA**, que ganhou uma maior visibilidade com as reuniões mensais. Disse que a Rádio Floresta é um dos produtos de um trabalho feito pela **Casa do Rio**, momento em que parabenizou o Dr. Tiago, que sempre está presente nas reuniões do Fórum.

O professor **Angel** disse que a pergunta que tinha já havia sido respondida pelo Dr. Carlos Eduardo, que seria a respeito de quando seria reiniciada a manutenção da rodovia. Agradeceu a todos os presentes. Pediu que a SEMA desse andamento ao termo de cooperação com a Casa do Rio. Encerrando, pediu apoio de todos os presentes, tanto à Casa do Rio quanto à Rádio Floresta.

V. Encaminhamentos:

Encerrando as discussões, o **Dr. Rafael** agradeceu a presença de todos, em especial a do professor Angel, dos representantes da Rádio Floresta e da dona Mocinha, e propôs os seguintes encaminhamentos:

1. A próxima reunião do Fórum será na sede do DNIT, no dia 27 maio, às 9h.

2. Na próxima reunião, a SEMA fará uma apresentação sobre o tema “Governança das Unidades de Conservação Estaduais”.

3. Serão incluídas em pauta, ainda, as apresentações do Dr. Lucas (Inpa) e do Dr. André (Associação dos Amigos e Defensores da BR-319).

4. Dr. Rafael se comprometeu em levar ao conhecimento do Fórum informações sobre a reunião que terá em Brasília, no dia 30 de abril de 2019.

5. Dr. Rafael também apresentará na próxima reunião a eventual resposta do Governador do Estado quanto ao ofício expedido pelo MPF.

6. Convocação da Embratel para a próxima reunião, em razão da sugestão do Dr. Flávio, que propôs que seja pautada a questão da universalização da comunicação.

Após agradecer a presença de todos, e nada havendo mais a tratar, o Dr. Rafael da Silva Rocha encerrou a reunião às 12h.